

(entrevista publicada em O Globo ed. 21 maio 75, pág. 213 — grifos nossos).

Há, pois, que adotar-se um projeto que, além de ser exequível tecnicamente, seja factível financeiramente, pois a sua inadequação aos recursos disponíveis implicará em seu abandono a médio ou longo prazo, cessada que seja a euforia inicial da solução proposta.

Tais são as considerações que tivemos em mente ao iniciarmos este trabalho, cujo prólogo, embora extenso, fez-se necessário para demonstrar que se assenta ele em dados reais e considerações técnicas fundamentais.

Dito isso, é de bom alvitre esclarecer que o atual estágio da tecnologia de alimentos permite, sem maior vulneração aos hábitos alimentares a que aludiu o Professor José Evangelista, o programa de emergência que sugeriu em sua entrevista e pelo qual batemo-nos há alguns anos.

Em verdade, já é possível a elaboração de pratos assemelhados à carne em paladar e apresentação, usando-se, para isso, a soja, que se presta à fabricação de salsichas, almôdegas, hamburgues, etc., sendo desnecessário ressaltar que essa semente oleaginosa é também fornecedora das proteínas encontradas nos produtos de origem animal.

Alimentos pré-cozidos, outrossim, tais como o feijão e arroz, incorporados definitivamente aos hábitos alimentares do brasileiro, poderiam igualmente integrar uma dieta básica, com a grande vantagem, entre outros, de permitir uma sensível redução de gastos com o seu preparo como, *verbi gratia*, temperos, gordura ou óleo comestível e combustível para seu cozimento, não sendo demais lembrar que no interior ainda se usa o carvão vegetal, obtido com a devastação das florestas naturais.

Charque, farinha de peixe — que já pode ser obtida sem qualquer odor — castanha-do-Pará — de excelente qualidade protéica — rapadura enriquecidas, açúcar, café, etc., poderiam ser adicionadas a essa dieta básica, ouvidos, naturalmente, os técnicos em nutrição.

* Todos esses produtos poderiam ser acondicionados em embalagens contendo o suficiente para a alimentação de uma, duas ou cinco pessoas, em quantidade suficiente para uma semana ou um mês, conforme o que melhor convenha, o que pode ser verificado em estudo de viabilidade.

A distribuição dessas embalagens far-se-ia através dos Sindicatos que assinariam convênio específico com as entidades governamentais competentes, especialmente o Banco do Brasil S.A., depositário obrigatório de todos os dinheiros de todas as entidades estatais e paraestatais, inclusive Sindicatos.

Através esse convênio poder-se-ia ajustar que a entidade governamental que elaborasse as embalagens atribuisse a sua comercialização aos Sindicatos, dando-lhes um prazo razoável para prestação de contas das unidades vendidas aos seus associados.

Considerando que os Sindicatos, face à legislação que lhes é peculiar, só podem manter contas no Banco do Brasil S.A., a evasão de receita seria facilmente constatável, o que possibilitaria, de pronto, a adoção das providências cabíveis.

Ditas embalagens poderiam ser vendidas a preço de custo e com isenção de tributos federais, estaduais e municipais, procedimento esse válido, à luz do artigo 19, § 2º, da Constituição Federal.

Eventualmente, poder-se-ia subsidiar tais embalagens, apontando-se como de custeio desse subsídio, um adicional ao Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre o fumo, jóias, bebida alcoólica e refrigerantes, etc... que proporcionam cerca de 80% (oitenta por cento) do montante da arrecadação à conta desse imposto.

Benefício adicional que não pode ser desprezado é que, além do aspecto social e humanitário de satisfazer a elemental necessidade de alimentos, a redução do índice de subnutrição importará em redução das enfermidades que a têm como causa primária, além de que se estaria impedindo o surgimento de uma sub-raça incapaz de prover a seu próprio sustento e que, por razões humanitárias, deverá ser mantida pelo Estado que não soube ou não quis enfrentar e

solucionar um problema cuja gravidade é patente e que, por isso mesmo, não pode ser ignorado.

Ademais, estar-se-ia, também, propiciando o desenvolvimento da tecnologia e o pleno aproveitamento da indústria de alimentos, com reconhecida capacidade ociosa, o que geraria maior número de empregos, aumento da produtividade e da produção, inclusive dos produtos primários, com que todos ganharíamos.

São pertinentes, ainda, considerações adicionais sobre os benefícios que adviriam da existência das embalagens acima preconizadas, principalmente em casos de calamidades públicas como *verbi gratia*, as inundações que, recentemente, assolaram o Nordeste que teve sua população desabrigada e faminta sem recursos, sequer, para a indispensável preparação dos alimentos que recebeu em doação.

Há que dizer-se, mais, que a distribuição através dos Sindicatos teria como consequência — talvez a de maior efeito — a de fortalecer o movimento sindical se, paralelamente, adotar-se a política de permitir-se a compra de embalagens somente a associados. Parece evidente que tal política, a médio e longo prazo, redundaria em um acréscimo da frequência às reuniões que os Sindicatos promovessem o que dificultaria o seu controle por parte das minorias ativistas, de um ou de outro lado da balança, além do surgimento de condições propícias ao surgimento de novas lideranças.

Tais são as considerações que podem e devem ser desenvolvidas, não só à luz de princípios sociológicos e que motivaram a elaboração deste trabalho, mas, também, à luz de critérios puramente econômicos, considerando-se o trabalho como fator de produção de riquezas.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Viana, nos termos do art. 16, inciso VI, do Regulamento Interno.

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Causou desagradável surpresa a um ilustre jornalista, o Sr. Edison Lobão, a quem me ligam vínculos de amizade e admiração, não houvesse eu participado da sessão secreta realizada pela Comissão de Relações Exteriores desta Casa, e à qual compareceu o Sr. Ministro Azeredo da Silveira.

Inicialmente, devo dizer que não compareci por não pertencer à Comissão. Mas, além disso, como eu propusera um amplo debate nacional sobre o que se está imaginando fazer na Amazônia, seria contraditório participar de um debate sigiloso, que poderia apenas satisfazer à minha curiosidade, e nada mais. Não creio que o assunto possa ter algo de secreto. Até porque a nossa tradição diplomática é a mais limpa, leal e honesta, nada devendo ter, portanto, que encobrir. Já li que o próprio Senador Magalhães Pinto lamentou o sigilo da Comissão. Continuo, porém, convencido de que pela sua gravidade o problema da Amazônia não deve ser um assunto de bastidores, reclamando a audiência de todos os interessados nas consequências que advirão de um Tratado multilateral modelado no da Bacia do Prata. Se assim for, é mais um motivo para termos as suas consequências, pois o do Prata nos tem dado imensas dores de cabeça. Li haver o Ministro declarado que, estando a esgotar-se o trabalho no Prata com a construção das grandes hidrelétricas, chegara a hora de o Brasil cuidar de promover um Tratado na Amazônia. Signal de que pretendemos trocar uma dor de cabeça por outra.

Na realidade, ou a chamada integração não passa de uma simples palavra, e nesse caso não há porque promover o Tratado coletivo, ou ela representa nos obrigarmos a um sistema de consultas e decisões coletivas, que irão limitar, restringir a liberdade de ação de que disfrutamos atualmente.

A Amazônia interessa profundamente ao futuro do Brasil, inclusive o futuro da sua segurança militar, e, como aconteceu no passado, cada passo deve ser maturamente pensado. Não devemos ter pressa. Contudo, a impressão que se tem é de estar o Itamaraty por demais apressado. Não devemos esquecer que a Amazônia deve e precisa ser necessariamente brasileira, como lembrava há algum tempo esse devotado e ilustre estudioso dos problemas da região, o

ex-Governador Artur César Ferreira Reis. Do mesmo modo que nos cabe ter bem presente que "nada nas conquistas de Portugal é maior que a conquista da Amazônia", segundo Joaquim Nabuco. A Amazônia que representa metade do território nacional, e dentro da qual não há porque metermos um fator de complicações, dificuldades, disputas e confrontos, como será inevitavelmente um Tratado nos moldes dos existentes para a Bacia do Prata, é, quanto ao Brasil, o fruto de um secular e lúcido trabalho diplomático. Desde Alexandre Gusmão, nada foi improvisado. E é justamente para evitar os perigos do improvisto que sugeri fossem ouvidas as áreas militares responsáveis, os governos estaduais, e as entidades culturais interessadas na região.

Mas, além de tudo isso, ocorre que a melhor tradição, a melhor experiência brasileira depõe em favor dos Tratados bilaterais. Na própria Guerra do Paraguai, que travamos dentro da Tríplice-Aliança, tivemos de buscar a paz num Tratado em separado com o Paraguai, e, como lembra Oliveira Lima, tão versado em nossas cousas diplomáticas, a guerra com a Argentina "esteve por um fio" durante a missão do Ministro Tejedor. Também, por ocasião do problema do Acre, que envolvia não somente o Brasil, mas também a Bolívia e o Peru, o Barão do Rio Branco não admitiu negociações conjuntas, tendo feito primeiro o Acordo com a Bolívia, e bastante depois o Tratado com o Peru.

Por que haveremos de abandonar essas lições do passado, e termos a iniciativa de um Tratado multilateral, que não nos dará nada, e poderá nos criar as maiores dificuldades futuras? Essas as questões que, para o meu convencimento, e para a tranquilidade do Brasil, eu gostaria ver debatidas a céu aberto, com inteira franqueza, dentro daquelas normas que são o orgulho da nossa diplomacia — confiança e cordialidade. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 139, DE 1977

Nos termos do art. 280 do Regimento Interno, requero a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 52, de 1977, de minha autoria, que dispõe sobre a exigência de prova de autenticidade para a comercialização de obra de arte.

Sala das Sessões, 24 de maio de 1977. — **Vasconcelos Torres.**

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — O requerimento lido, nos termos regimentais, será incluído em Ordem do Dia.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guimard — Evandro Carreira — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Petrônio Portella — Virgílio Távora — Jessé Freire — Milton Cabral — Marcos Freire — Paulo Guerra — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Dirceu Cardoso — João Calmon — Amaral Peixoto — Gustavo Capanema — Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Osires Teixeira — Lenoir Vargas — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item I:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 112, de 1977, dos Senhores Senadores Lourival Baptista e Ruy Santos, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do Boletim lido pelo General-de-Exército José Pinto de Araújo Rabelo, na cerimônia realizada em comemoração ao trigésimo-segundo aniversário do "Dia da Vitória das Forças Aliadas".

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

E A SEGUINTE A MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO É SOLICITADA:

"Foi sem dúvida uma das mais célebres e festejadas tardes, a de 8 de maio de 1945.

Paz na Europa!

O mundo inteiro regozijava-se, após a noite que se iniciara, segundo alguns, em julho de 1936, pela assistência dos nazi-fascistas às tropas de Franco, e assumira proporções não antes atingidas, com a invasão da Polónia, pelo exército alemão, a 1.º de setembro de 1939.

Após um ano de hostilidades, apenas oito países permaneciam, no Velho Mundo, com as fronteiras intactas; um milhão de quilômetros quadrados havia mudado de dono e cem milhões de pessoas viam-se submetidas a uma nova ordem.

Mais que simples conquista, a vitória do eixo Berlim—Roma representou a destruição de um modo de vida, consubstanciando no conceito helênico de liberdade e no valor do indivíduo, aos olhos de seu Criador.

Fê e razão, bases da filosofia ocidental, foram pouco a pouco aniquiladas.

O mundo assistia, entre incrédulo e estupefato, a capitulação dos acomodaticios e dos pusilânimes; sem luta, territórios foram obtidos e populações dominadas.

Uma sucessão de êxitos — a anexação da Áustria, a absorção da Tcheco-Eslavaquia, a pressão sobre Dantzig e, finalmente, a invasão da Polónia — marcou o início da hecatombe.

Seguiram-se os colapsos da Holanda e da Bélgica e a derrocada da França; restava apenas, baluarte da fé e da liberdade na Europa, a Grã-Bretanha.

Cedo se evidenciara que o conflito ganharia amplitude extracontinental; assim, no Brasil, em março de 1941, tem início o primeiro de uma série de incidentes, envolvendo belonaves alemãs.

A 7 de dezembro daquele ano aconteceu o ataque à guarnição americana de Pearl Harbour: o Japão entrava na guerra, de forma traiçoeira e arrasante.

Fiel aos compromissos assumidos na comunidade americana, o Brasil, a 28 de janeiro de 1942, rompe relações diplomáticas com a Alemanha, Japão e Itália.

Sucederam-se os torpedeamentos de nossos indefesos navios mercantes, muitos navegando em águas territoriais brasileiras, causando irreparáveis danos ao País que, a 22 de agosto, declara guerra à Itália e à Alemanha.

O que foi a participação do Brasil no conflito, a fulgurante passagem da Força Expedicionária Brasileira pelos campos da batalha da Itália, os feitos de nossos bravos "Pracinhas", as vitórias por eles conquistadas, permanece no registro da História e será fonte perene de inspiração, e motivo de orgulho às gerações que nos sucederão.

Feliz a pátria que pode cultivar heróis cobertos de glórias em Monte Castelo, Montese e Castelnuovo, escrevendo com sangue, nas terras de além-mar, legendas de abnegação e bravura.

Reverenciamos hoje a memória daqueles que, a 8 de maio de 1945, permitiram ao Brasil comemorar o "Dia da Vitória", aqueles que, em holocausto à terra que os viu nascer, tudo ofertaram, nada pediram.

Mais que um preito, nossa presença é uma afirmação.

E por acreditarmos ser a Pátria imperecível, junto a este portentoso monumento, altar e campo santo, recordamos outros heróis, heróis brasileiros, que lutaram e morreram para que o ideal de liberdade não fenecesse nas plagas de Santa Cruz.

Nossa homenagem aos bravos que, de peito aberto, desconhecendo as táticas castenses, fazem frente ao invasor batavo, e expulsam o insólito inimigo, superior em número, bem armado e instruído.